

Magalhães muda acordo PMDB-governo

1 DEZ 1991

GAZETA MERCANTIL

por Claudia Safatle
de Brasília

Só depois de três tentativas, uma longa e dura negociação, e, ainda, um acordo com a bancada baiana do PFL, que é controlada pelo governador Antônio Carlos Magalhães, é que o PMDB de Orestes Quêrcia e o bloco de aliados do presidente Fernando Collor conseguiram, ontem, maioria absoluta de votos para incluir na pauta de votações a "rolagem" de US\$ 70 bilhões de dívidas dos estados e municípios. Com isso, abriu-se o caminho no Legislativo para aprovação da reforma tributária.

O governador da Bahia, através da sua bancada, negociou e conseguiu mudar a base do acordo PMDB-governo, alterando os critérios de "rolagem" das dívidas estaduais e municipais — fator determinante da disponibilidade de "caixa" dos governantes no ano eleitoral de 1992.

Pelo acordo firmado, o esquema da "rolagem" sofre três modificações básicas: a dívida mobiliária dos estados será refinanciada por vinte anos, ao custo de carregamento médio dos títulos federais a cada semestre (a "rolagem" envolve pagamentos semestrais por vinte anos e, na proposta original, seria corrigida pela variação do IGP-M mais 6% ao ano); para que o estado ou município possa assinar o contrato de consolidação de dívidas, terá que estar em dia com os pagamentos junto à União a partir do dia 30 de setembro até a data da assinatura do contra-



Fonte: FGV/IBRE/ICEF (Ata 1987), FIBGE/DECNA (de 1988 a 1990) e Centro de Informações do Gazeta Mercantil Estimativa

to; e os estados deverão dar suas receitas de ICMS, como garantia para o pagamento das dívidas das concessionárias de energia elétrica com a Eletrobrás.

Ainda ontem o governo enviou projeto de lei ao Congresso Nacional propondo reajuste de 100% para os salários do funcionalismo público, em janeiro próximo (data-base). Neste mês de dezembro o Tesouro Nacional gastou Cr\$ 1,3 trilhão com o pagamento da folha de salário e a última parcela do décimo terceiro.